

Memória e modernidade étnico-cultural: uma análise sobre genealogias e patrimônio imaterial

Memory and ethnic-cultural modernity: an analysis on the genealogies and immaterial property

João Carlos Tedesco*

Resumo

O estudo faz parte de um projeto de pesquisa sobre memória de grupos coletivos na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, o qual discute sobre festas genealógicas (“de famílias”), buscando compreender o papel da memória étnica, sua racionalidade e sua simbologia, seus conflitos, sua modernidade e adaptação, sua mística e sua ritualidade, o que motiva sua existência e participação, o que se busca produzir e projetar, seus rituais, significados comunitários e pessoais, sua tentativa de valorização do tronco-mãe, enfim, o que leva e como se constitui esse desejo de encontro de ritual festivo (mais sagrado do que profano), tão presente, principalmente nos meses de final e de início de ano na região colonial do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: memória, festas, patrimônio imaterial, modernidade.

Patrimônio imaterial: as festas e suas múltiplas concepções e manifestações¹

Sabemos que as festas e encontros coletivos de cunho étnico-cultural, em geral, fundamentam e dinamizam um horizonte da memória da emoção e da afetividade em relação ao tempo passado, ao sobrenome, às pessoas mais idosas presentes, aos símbolos que manifestam a coexistência temporal e espacial de tempos passados, valores, ideais, desejos de continuidade. As festas de família, as homenagens presentes, em situações de recordação, costumam, simbolicamente, objetos, discursos, tempo, espaços, fatos etc. que manifestam tra-

* Doutor em Sociologia pela Universidade de Campinas/SP, professor e pesquisador do Mestrado em História da Universidade de Passo Fundo. E-mail: jctedesco@upf.br

jetórias, mitos fundadores, valorizações de grupos, sobrenomes etc.

Nesse sentido, tomamos como pressuposto e como idéia norteadora do texto que a modernização precisa fazer aparecer seu contraponto, ou seja, reconstituir processos tradicionais de vida, de trabalho, de condições de sociabilidade familiar e comunitária para se justificar, para aparecer; ou melhor, para se fazer existir; precisa cruzar temporalidades. O novo – o progressismo – só é expressivo se mostrar sua linearidade, sua evolução, mas, para se fazer sentir, cultua formas tradicionais superadas pela mesma dinâmica que o memoriza; incrivelmente, na nossa forma de pensar, pujança e exaltação necessitam de seu contraponto, ou seja, basear-se no passado em seus rituais familiares.

A festa nasce motivada pelo desejo da sociabilidade realimentando o trabalho de memória coletiva, num jogo de reciprocidade pertencente a um tempo cíclico. É desse modo que, ao invés de ser assediada pelas lembranças e petrificações por signos preservados, a memória se abre à temporalidade presente para romper os riscos de sua mórbida permanência (JEUDY, 1990). É desse modo que se torna inevitável que muitos objetos e locais permaneçam em ruínas, abandonados à natureza ou ao seu destino de resíduos (JEUDY, 1990, p. 126).

No horizonte da vida e da cultura camponesa, podemos dizer que as festas e os encontros comunitários, de famílias, de jovens, de terceira idade, os festejos paroquiais, a festa do padroeiro

etc. são fatos que se desenvolvem em horizontes públicos, de sociabilidade, engajamento, compadrio, responsabilidades e hierarquias complementares; são, também, espaço/tempo de manifestação externa local das diferenciações públicas de atividades e funções de gênero, agregação e congregação inter e intracomunitária, ponto de referência do intercâmbio de falas, de existência social, da obrigação de participação e de contribuição financeira

Nos primeiros tempos da colônia, a festa religiosa reconciliava as relações dos homens, seu trabalho, sua vida pessoal, as colheitas, os problemas cotidianos etc. com o sobrenatural, o sagrado, com a tradição comunitária, mas, acima de tudo, religiosa. A festa fazia parte do horizonte da cultura local, da cultura de origem popular, a qual permitia inovar ritos, porém sem perverter por completo a dimensão da repetição/tradição, do “sempre foi assim”. No meio urbano, a festa não tem o mesmo sentido e gosto do meio rural, não há aquela vivência, por mais que seu “espírito” seja em grande parte desenvolvido pela dimensão de ruralidade.

Entendemos que a memória cultural e étnica é marcada pela descontinuidade dos registros de tempo e pela heterogeneidade dos níveis que a compõem. É nessa dimensão do tempo no espaço e do espaço cultural no tempo da memória que muitas tradições são ou podem ser inventadas e/ou redefinidas. Aliás, sempre que possível, é comum, na sociedade atual, tentar estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado, redefinido, transtemporaria-

lizado e adaptado. Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial (LUCENA, 1999, p. 9-10.21).

A função da memória é conservar, pelas lembranças e esquecimentos, o passado do indivíduo da forma mais apropriada e mais fiel. Ribeiro afirma que “a memória da festa é um dado essencial na fixação de conhecimentos que ali são aprendidos, experimentados e fruídos. E o que, de certo modo, assegura a sua repetição. É lembrada na memória e antecipada na imaginação” (2002, p. 41).

Ao conservar certas informações, remetemos a um conjunto de funções psíquicas por meio das quais conservamos e atualizamos informações passadas. O “processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desse vestígio” (LE GOFF, 1984, p. 12). Muitos autores já disseram que falar de memória é evocar o esquecimento, os silêncios, os não-ditos, os excluídos, o dizível e o indizível, revelar resistências silenciosas etc. Ribeiro salienta que, no contexto da festividade, acontecem atividades e rituais que unem os nós da tessitura festiva. O incentivo, a oportunidade desse “conjunto festivo-ritual possui dimensões ou aspectos que vão desde os ecológicos e históricos até os estéticos ou religiosos, passando pelos políticos, sociais ou simbólicos, formam um feixe de relações capazes de converter a experiência festiva em situação de aprendizagem” (2002, p. 44).

As comemorações, os monumentos de memória auxiliam, bem ou mal, na formação de uma identidade individual no sentido coletivo de pertencimento. A memória patrimonial passou a ser entendida e relacionada como a seleção e atribuição de determinados valores, que passam a se tornar representação social e histórica, isto é, uma imagem presente, e algo ausente ou distante. Seu valor está em representar a identidade de determinado grupo, cidade, nação, etnia, agrupamento cultural, de determinado evento, ou período histórico ao qual pertenceu (FONSECA, 2003, p. 56-76).

Malgrado sua complexidade tipológica, suas múltiplas manifestações e significados histórico-culturais, antropológicos, religiosos, profanos etc., é possível dizer que as festas podem aproximar o homem a dimensões divinas, podem colaborar para afastá-lo, correlacioná-lo ao irracional, ao simbólico, a representações coletivas, dentre outras, porém, em geral, as suas várias instâncias práticas e simbólicas estão em estreita vinculação como o trabalho e com o ócio, carregadas de subjetividade e alegria; podem agregar ou separar ambas as dimensões, serem públicas ou privadas, oficiais, informais e populares, comunitárias ou familiares.

As festas possuem correlações com tempos sociais, coletivos, particulares, lineares, cíclicos (safras, calendário, relógio...); expressam a multiplicidade de experiências do homem com o tempo, com o espaço, com os fatos, com o extraordinário, com a natureza humana (vida, morte...), com ideologias e visões

de mundo, com a história do homem e sua construção social, com a vida em sociedade, com saberes, fazeres e afazeres, com a natureza (VALERI, 1994; RIBEIRO, 2002).

Rituais de celebrações religiosas, míticas, cerimônias oficiais, de memória objetual e de lembrança, comilanças, canções, genealogias, desfiles etc. alimentam as festas. A experiência e a aprendizagem das festas estão alimentadas, em geral, por condições de prazer, pela anormalidade, pelo não-cotidiano (porém, não se desloca nem se distancia, em significados ritualísticos e objetais, do mesmo), pelo tempo, espaço e atividade de alegria, da dramatização, da surpresa, da previsibilidade, da transgressão, da fruição (consumo, imagens, contatos, alegria, divertimento...), da imaginação, da repetição como inovação/expectativa, do tamanho (número de participantes), dos inúmeros dispositivos simbólicos (espaço adequado, limpeza, enfeites, bebida, gastronomia, música...), do social e sociabilidade, da participação e partilha, igualdade e diferença (poder, hierarquia econômica...).

A festa agrega patrimônios, aliás, sua expressão tradicional lhe dá esse caráter; seus horizontes simbólicos são carregados de significados, em geral, coletivos e que produzem e reproduzem, em meio e através de objetos, dimensões imateriais, ou, como alguns analistas preferem chamar, de “intangíveis”.² O ambiente da festividade é um tempo e um espaço do múltiplo e do complexo; possui, além de várias outras dimensões, uma função social de incorporação,

de aprendizagem, de partilha de conhecimentos, de comunal/comunicação, de legitimação, de reconhecimento, de luta pela interpretação ritualística, imagética e objetual (ver RIBEIRO, 2002, e também DOUGLAS, 1976).

A partir da década de 1980, mas com intensidade a partir do decênio de 1990, percebemos que tem havido na região colonial, principalmente na região da chamada “Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul”, uma intensa dinâmica de festejos étnicos considerados de cultura italiana. Há, sem dúvida, um fenômeno festivo que se alimenta por dimensões étnico-culturais de forma mais informal, ou mais institucionalizada; mais comunitária, ou mais familiar (de grupos parentais e de pequenos municípios), dentre outras esferas; há uma intensa expressão ritualística na forma de festejos nos quais estão presentes, em geral, formas lingüísticas dialetais (comumente de influência do norte e nordeste da Itália), de costumes culinários, vestimentas, enfeites, coloridos, objetos, atividades presentes e passadas em correlação com a cultura considerada italiana; desfiles, músicas, comilanças, concursos, feiras; identificações de modalidades, evocação de atos passados vividos pelos imigrantes e seus descendentes, com tentativas de reconstituição; formas de vividos, regramentos sociais, familiares, morais e religiosos; festas de cunho parental com árvores genealógicas ampliadas, porém, em geral, temporalmente limitadas pelo ato e momento da emigração (uma árvore em

que as raízes não são tão profundas, “estão mais por cima e são mais fáceis de derrubar também”, como nos disse um organizador de uma dessas festas de família), dentre muitas outras formas de manifestações consideradas de cunho étnico, traduzidas, travestidas, folclorizadas (daria para dizer!) com interpretações e significados presentistas e deslocados espacialmente.

A reconstrução das identidades é fruto do confronto do velho com o novo, num processo constante de reelaboração dos critérios de autovalidação pública dos indivíduos, de sua situação social, das transformações conjunturais, do cotidiano vivido por indivíduos e grupos sociais. É desse modo que entendemos que, na identidade e na memória, permeiam noções de construção, de seleção, de registro, de significados, de criação e de consciência subjetiva. A construção da memória é dinâmica, um esforço de significação, não só de seleção, mas de reinterpretação sucessiva do passado. Compreendemos que a imagem que o indivíduo tem de si mesmo é o produto de sua experiência social, de sua convivência com o meio e das formas de mediação simbólica dessas experiências (OLIVEN, 2003, p. 77-80).

As lembranças formam-se na pessoa, na convivência com o social, no âmbito das relações formais e informais, pelas diversas comunicações lingüísticas e culturais. A identidade faz-se na vivência, na convivência, enfim, nas experiências vividas, lembradas e armazenadas. As festas étnicas, nesse sentido, colaboram, e

muito, para produzir, reproduzir e redefinir essa imagem.

A memória e a cultura étnica desenvolvem-se como prática e fenômeno socioeconômico e sociocultural e possuem ligações com instituições sociais, tais como a família, a religião, a comunidade; são representações sociais que permitem a manutenção de horizontes de pertencimento e com “o objetivo de salvar do desaparecimento os bens remanescentes que atestavam a história de nossa civilização, contribuindo, então, na construção da nação brasileira. O patrimônio atribuíu um atestado de autenticidade da identidade brasileira a ser referendada” (GIOVANAZ, p. 214).

As festas étnicas, ao mesmo tempo em que são carregadas de saudosismo, fechando-se em seu tempo, historicizam-se e centralizam-se pelo veio da cultura e da etnia; servem-se mercantilmente do passado, ou seja, busca-se apresentar e negociar objetos artesanais, utensílios para sua função ornamental, gastronomias “das nonas” ou as que “a mãe fazia antigamente”; presentificam-se cenários e rituais por meio de desfiles, de feiras, de momentos de comilanças (como é o caso dos jantares italianos, geralmente realizados em comunidades do meio rural para adaptar as fontes de matéria-prima gastronômicas com o cenário comum de seu desenvolvimento e vivido), bem como de formatos lingüísticos (dialeto, ou melhor, dialeto vênето projetado e projetivo através do “talian”) que, rastreados e simbolizados, ganham corpo, respaldo e exigências nesses momentos festivos.

Nesse universo podemos entender a noção de rastro. O rastro permite manter juntas a presença do ausente e a ausência da presença, inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente. A memória vive essa tensão entre presença e ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas, também, presença do passado desaparecido que faz sua irrupção num presente evanescente (GAGNEBIN, 1998, p. 218; ver também PINTO, 1998, p. 206).

A memória cultural e étnica pode sofrer descontinuidades e muitas tradições e eventos podem ser inventados, numa tentativa de estabelecer a continuidade do processo histórico, redefinindo e contemporizando para legitimar uma história desejada (LUCENA, 1999). É nesse sentido que a festividade, o comemorar, o reencontrar memórias vividas exemplificam experiências temporais em interação, identidades valorizadas, porém, em geral, pouco historicizadas e contextualizadas.

É a partir de necessidades de ritos, símbolos e vivências de memórias coletivas que é possível imaginar uma ética e uma política de memória coletiva que têm na experiência, nos vividos vividos ou inventados, sua mediação. Sabemos que em todas as culturas e etnias existem sempre práticas mais ou menos ritualizadas com as quais cada grupo social ensina aos seus membros a arte da exteriorização/narração da memória (YEATS, 1972).

Razão e emoção da memória narrada nas “festas de família”

Nas festas étnicas e/ou de “famílias” narram-se tempos históricos, percepções de mundos separados espacial e etnicamente por mais de um século, vivências reais, saudosistas e/ou nostálgicas. Intercâmbios culturais, mercantis, simbólicos (vínculos temporais e parentais, linguagens dialetais...), ideológicos e políticos, oficiais e/ou informais, são, em geral, promovidos nesses momentos públicos de festejos. Desse modo, as festas podem servir de tradição, tradução, acomodação, crítica e redefinição de horizontes culturais e étnicos.

É por isso que tentar refletir algo sobre a questão da memória, da família e da etnia cultural que determina as festas dimensionam é muito mais do que buscar cruzar temporalidades; é perceber sujeitos e eventos que querem ser, ao seu modo, testemunho da história; é localizar no tempo e no espaço raízes e ações que o presente e o passado remoto desvalorizaram, como é o caso do parentesco, da consangüinidade, de compadrios, de famílias extensivas, de ressentimentos, de ações significativas no tempo. É nesse sentido que a memória faz referência a uma idéia de persistência ou reinvocação de uma realidade de uma maneira intacta e contínua (JEDLOWSKI, 1997, p. 135-146). A lembrança recoloca a esperança na capacidade de recuperar alguma coisa que se possuía, um tempo que se esqueceu.

As “festas de famílias” apresentam-se como um formato micro de representação cultural sob o veio da genealogia, e, além de sua preocupação com a genealogia, com o parentesco, com a dimensão de uma família ampliada, reservam e conservam, em sua expressão ritualística, formatos considerados de cultura étnica (WOORTMANN, 1994, p. 113-131). Tendo a “memória como lugar de persistência, de continuidade, de capacidade de viver o inexistente” (PINTO, 1998, p. 207), percebemos que a memória da terra, da produção, do trabalho, correlacionada ao sacrifício, juntamente com a dimensão do familismo, faz parte da centralidade dos significados presentes nas festas. Nessas, vários são os acontecimentos, os elementos culturais, o público presente e os processos ritualísticos de memória expressos.

Entendemos que as festas genealógicas buscam transmitir, por meio de uma temporalidade, *a priori* definida (que, em geral, é o período pós-emigração do país de origem), identidade e singularidade de um corpo parental disperso multiterritorial, multicultural e multiétnico. Entendemos que a genealogia pode expressar um rito histórico-cultural e temporal de agregação, de coletividade, de auto-representação étnica, de exaltação coletiva, mas que se produziu por feitos individuais (trancos que migraram), ou seja, seu caráter de exemplaridade, mas, acima de tudo, busca reativar e revalorizar a estrutura simbólica (não mais prática) do parentesco (WOORTMANN, 1994, p. 113-131).

A família, e sua dimensão cíclica, renova-se pelos nomes, pois está presente nesse processo a noção de transmissão e culto a uma tradição temporal e familiar, o domínio público da vida social e, em geral, econômica. Não há dúvida de que o nome/sobrenome possui uma valorização simbólica na dimensão étnica da cultura. É por isso que a memória da grande família (família-tronco) apresenta-se como um complexo de referências simbólicas imaginadas na esfera da integração/desintegração, felicidade/desgosto, continuidade/descontinuidades, no encontro esporádico/distanciamento (WOORTMANN, 1995).

Dito isso, vejamos mais de perto alguns aspectos funcionais, as dimensões e rituais mais comuns, alguns dos possíveis significados e intenções das ditas “festas de família”.

A ritualização e a racionalização de símbolos

Nas festas de que participamos sempre há um grupo que as prepara, em geral, o do espaço hospedeiro. Porém, o início mesmo se realiza com o desejo de encontro manifesto publicamente por alguém de uma família, em geral considerada importante em termos públicos e/ou econômicos, que já possui um prévio levantamento feito de sua árvore genealógica. É comum a presença de religiosos nessa primeira atividade, considerada por nós como de pesquisa das raízes do parentesco

constituído a partir dos últimos anos do espaço de origem e por um tempo longo no espaço hospedeiro.

Todos os eventos de que participamos, segundo pessoas com as quais dialogamos, começaram mais ou menos assim: “Alguém lançou a idéia, alguém que já tinha feito de sua família, por interesse pessoal, pra saber de onde e de quem veio, pra saber para si, né. Daí lançou a idéia e outros foram se agregando [...], até que saiu. Hoje já conseguimos reunir mais de seiscentas pessoas, já se tornou obrigatória a festa da família.”³ Em geral, existem os notáveis das famílias, que, ao que pudemos constatar, são religiosos (padres e freiras) e profissionais liberais bem-sucedidos (advogados, funcionários públicos), historiadores diletantes e outros interessados, que, procurar obter cidadania italiana, enveredaram pela pesquisa mais profunda dos ramos e troncos genealógicos. Porém, todos os organizadores entrevistados deram ênfase e importância ao “resgate do parentesco”, considerado por eles em decadência, principalmente no meio urbano.

Pareceu-nos que a justificativa maior dos encontros gira em torno da necessidade de produzir rituais agregadores, ainda que de uma forma fragmentária e com uma temporalidade burocratizada e definida, de (re)valorização da dimensão prática e simbólica (talvez mais esta que aquela) do parentesco. Como o patrimônio imaterial do parentesco tem dificuldade em possuir um lugar de memória, é interessante, para não perdê-lo, que

se criem tempos e espaços para sua ritualização.

A presença de pessoas dedicadas ao campo religioso no seio do que podemos chamar de “família ampliada” apresentou-se como lugar-comum em todas as festas que visitamos, e foram essas, em geral, que lançaram a idéia e conseguiram, com auxílio de conhecidos e de pessoas influentes e com condições (econômicas, de acesso à informática, à mídia e a outras formas mais informais), uma maneira de viabilizar o primeiro encontro. Esse é o considerado mais difícil, “os outros vêm por consequência desse”.

Os rituais mais comuns presentes nos eventos presenciados são, então, a preparação (local apropriado, convite, confirmação, compra do ingresso e as formas de deslocamento) com o auxílio de recursos técnicos de informação e comunicação, a organização para o deslocamento em comitivas locais/regionais, a recepção e credenciamento (feitas em geral por jovens). Logo após a recepção inicial no cenário e na oficialidade de presença, é contemplado um dos pontos altos do encontro: a dimensão religiosa do evento (em geral, missa com a presença de um número significativo de padres e freiras, bem como participantes religiosos da Itália, em geral das regiões de origem da emigração). Nessa se desenvolvem muitos rituais, além dos tradicionais do campo litúrgico, adaptados ao horizonte étnico, à exaltação da cultura, homenagens a pessoas mais idosas, informações acrescidas à composição da árvore genealógica, cantos e partes

litúrgicas dialetais, comumente em vêneto. A celebração litúrgica é, por excelência, uma mescla de rituais de dimensões históricas, do vivido cotidiano do passado, de ações e temporalidades marcantes. Os cantos e as encenações, bem como as rezas em dialeto e/ou em italiano gramatical (essas compreendidas por um número reduzido de pessoas, “só os mais antigos sabem disso”, disse-nos um jovem participante), são carregados de nostalgias, de sentimentos de pertencimento, de vividos em sacrifício, porém com superações – “é difícil a gente conseguir se segurar (não chorar) numa missa assim”.

Os objetos de memória, subjetiva e objetivamente, dependendo do contexto, dos grupos e significados em questão, possuem um poder evocativo ao mesmo tempo em relação de reciprocidade.

Os objetos dão uma certeza que advém de sua materialidade, do fato que quando queremos relembrar eles estão prontos, como passivos recipientes da nossa projeção, das nossas interpretações dos eventos passados. Se pode, portanto, sublinhar que os objetos são dotados de um poder de memória que lhes rende significados. Esse poder, obviamente, não deriva do objeto enquanto tal, mas do fato que ele incorpora e projeta significados importantes para a pessoa que o adquiriu, recebeu ou encontrou, numa situação e/ou contexto particulares que se quer recordar. É através desses objetos que se cria uma continuidade entre passado e presente, e através deles que se mantém viva a lembrança do passado (JEDLOWSKI, 1991, p. 55).

É bom repetir que a celebração religiosa é a parte central da festa, pois é nesse momento que se fortalecem o espírito da fé dos antepassados, o compromisso com a vida e a dimensão da crença religiosa, por isso é bem organizada e ritualizada em torno de símbolos étnicos, mesclados aos de cunho religioso. Como já dissemos, em geral na homilia, exaltam-se o trabalho dos pioneiros, o sacrifício em meio às dificuldades e aos limites; dá-se muita ênfase à esfera familiar; produzem-se discursos críticos às formas modernas de vida principalmente no meio urbano, à desvalorização do parentesco, da memória dos “nonos” e dos “bisnonos”, dentre outras dimensões da atualidade que se mostra diferenciada, crítica e problemática.

A celebração eucarística é a celebração dos rituais históricos produtores de vividos e de nostalgias de antepassados; é o momento que mais marca e é expresso pela fala de participantes:

“É o que vale a pena”; “uma missa dessas dá pra ficar dois meses depois sem precisar ir na missa”; “não conseguia me segurar sem chorar lembrando da ‘nona’, das encenações que foram feitas”; “a gente lembra de antigamente”; “isso é que vale a pena, vale a pena vir só pela missa”...

No momento do ofertório na celebração litúrgica são oferecidos produtos da terra, instrumentos de trabalho tradicionais (em geral, hoje, disfuncionais), frutos do trabalho na vida rural. Profano e sagrado se imbricam e se ritualizam em comunhão com a vida junto ao campo da produção rural e, esta

é expressiva da forma camponesa, da vida simples, sem as técnicas atuais. Acreditamos que esses elementos, no seu conjunto, expressam a memória da emoção em torno da saudade, dos símbolos que manifestam a coexistência temporal e espacial de tempos passados, valores, ideais, desejos de continuidade, ao mesmo tempo de contraposição simbólica ao que a atualidade apresenta (LUCENA, 1999). Após a celebração, há momentos para o intercâmbio e interconhecimento, para falas informais, encontros aleatórios. Esses são motivados quando da apresentação geral feita no ato litúrgico pela identificação local/regional dos participantes; então, após visualizados, são saudados com uma salva de palmas por todos.

Feita essa preliminar de contatos, é chegada a hora da refeição (almoço), em geral feita no salão da comunidade e/ou bairro (paroquial). A organização dessa parte, nos últimos anos, segundo entrevistados, passou a ser terceirizada para reduzir o trabalho dos organizadores e permitir que os membros possam interagir com os demais, pois “é o que dá mais trabalho e dor de cabeça”. Grupos locais da própria paróquia e/ou comunidade organizam o cenário e a gastronomia, orientados pelo grupo organizador do evento. Em meio à comilança, que, em geral, é muito farta e com gastronomia típica – “o mais tradicional possível eles querem”, disse-nos um dos responsáveis pela gastronomia (sopa de capeletti, pão, queijo, vinho, carnes de galinha e de gado, massas, saladas, temperos, doces e outros), po-

rém, em geral, e para melhor contentamento e redução de trabalho, é servido um farto churrasco de carne bovina, suína e de aves.

Ouvem-se músicas italianas em dialeto ou não; contam-se causos, piadas; apresentam-se pessoas; prestam-se homenagens; exaltam-se determinados feitos econômicos ou religiosos de alguém, ou, então, apresentam-se e explicam-se as ampliações e a confecção da árvore genealógica (a qual, em geral, é produzida em uma folha e entregue para todos no ato da chegada e também no ato da saída para preenchimento e devolução com o intuito de ir aperfeiçoando-a e atualizando-a). Essa produção visual da pesquisa genealógica, ainda que seja resumida e com apenas os principais ramos que compõem a árvore, apresenta-se de fundamental importância, por permitir uma visão estrutural do parentesco, uma localização e identificação específica, além da dimensão de uma construção histórica de algo que pode ser caracterizado e simbolizado como patrimônio coletivo do grupo pertencente.

Ainda no cenário ritualístico da parte profana da festa, abrem-se espaços para o intercâmbio, para a palavra livre, para “beber e conversar”, para a música e a dança, típicas ou não (percebemos que, em geral, estão presentes músicas gauchescas em meio às italianas e dialetais, o que acaba, intencionalmente ou não, por refletir os horizontes de assimilação, identidade presente, contribuição étnica e cultural, também de italianos, etnias e culturas abertas às mudanças e aos contatos sociais e temporais...), para

apresentação de algum grupo teatral ou de coreografia (em geral com crianças que ritualizam músicas de sucesso no presente, não necessariamente de etnia italiana), para exposição de alguns objetos expressivos de memória vividos e percebidos e significados por alguém, brasões de família (explicam-se estes), concursos de piadas em dialeto, cantos e jogos populares expressivos da etnia, da vida, em geral, do meio rural.

Não podemos esquecer isso, ou seja, o rural é a base, a fonte e a origem de todo o processo histórico e vivido do acervo considerado étnico, porém, em geral, manifestado em tom de arcaico, atrasado, ridicularizado pela ingenuidade na condução de alguns aspectos do cotidiano vivido. Vimos que as piadas representam e manifestam esse mundo dos limites, do atraso, porém, e isso é o mais importante, já foi superado, evoluído pelos frutos da modernidade técnica e da urbanização. Essa conotação preconceituosa colabora ainda mais para dicotomizar o colono e o cidadão e perder a perspectiva histórica em que as vivências culturais se constituem.

São visíveis a existência e a confecção de um eixo que simboliza a vida camponesa (na família, na roça, na comunidade...) com seus utensílios e sua utilidade. A própria alimentação, os causos, as músicas, as piadas, a forma dialetal, outros rituais, mesmo alguns litúrgicos, buscam expressar esse horizonte do vivido histórico. Exorcizam-se trajetórias individuais e coletivas dos limites, do sacrifício, da fome... pela mesa farta e pela expres-

são ritual da abundância, da fertilidade, do progressismo, processos esses, em geral, desenvolvidos por cidadãos em espaços urbanos. O interessante disso é que tanto na dimensão dos rituais sagrados quanto nos profanos essas representações do cenário rural se apresentam.

A socialização de alguns significados possíveis

As festas de “família”, as homenagens presentes em situações de recordação costumam simbolicamente objetos, discursos, tempo, espaços, fatos etc. que manifestam trajetórias, mitos fundadores, valorizações de grupos, sobrenomes etc. Alguém nos disse que “hoje os parentes se encontram ou quando morre alguém, ou em festa de casamento, nesse ainda olha lá. Por isso esse tipo de encontro é uma forma de fazer frente a essa falta de contato entre a gente”. Refaz-se, com isso, a eficácia da simbologia do vivido, da saudade, do tempo e do espaço do trabalho e do não-trabalho, porém como fruto e culminância de uma reatualização da sociabilidade comunitária, da consciência de que algo se esvaiu no e com o tempo, principalmente os vínculos, a prática do parentesco (ECKERT, 1997, p. 182-192). O sobrenome sobrevive a isso tudo, ou seja, às transformações; carrega simbologias de força, de resistência, de importância pública, seja no campo econômico, seja em situações históricas marcantes, porém necessita ser ritualizado,

evocado, lembrado e valorizado por um coletivo que se identifica.

A festa em família, com seus rituais preparados, até quase institucionalizados, quer desenvolver horizontes públicos do sobrenome, de sociabilidades, engajamentos, viver o compadrio, responsabilidades históricas e hierarquias complementares, progresso e evolução social. Não há dúvidas de que as festas de “família” apresentam uma “estrutura de significados” (GEERTZ, 1978) carregada de nostalgia pessoal-grupal, intencionada em constituir, ainda que circunstancialmente, a memória coletiva de uma família, replicada no tempo por gerações sucessivas; busca vivificar a memória individual na dimensão de uma coletiva; estruturar, ainda que seja simbolicamente, o parentesco por meio de uma descendência, de uma árvore genealógica significando raízes (em geral encobertas!), troncos, galhos, ramos, brotos novos (esses expressando preocupação pela sua fragilidade no tempo e em relação às coisas que o tempo presente apresenta!), folhas e galhos que se desprendem, sementes que, se bem cuidadas, podem gerar novas árvores, bem como se incorporar às já existentes.

Há, sem dúvida, a constituição de uma família ampliada que se interconhece nesse momento da festa, que interage e se torna pública para o coletivo identitário em constituição. Intercambiam-se mundos visíveis e invisíveis, pois, além das dimensões da família consanguínea, da forte dimensão da família e do meio rural, do viés patriarcal, patrilinear e patrifocal

da genealogia, é, também, um espaço e um esforço de legitimar novas situações de mobilidade social (muitos, ao se referirem a nós quando da saudação, diziam: “Ah, você é o professor da faculdade”; não ouvimos ninguém dizer “ah, você é o agricultor tal”. Era mais comum ouvir “aquele lá é o...” fulano de tal, que possui tal coisa de destaque – granja, funcionário graduado da empresa tal, foi prefeito de tal lugar etc.), diferenças entre velhos e novos ricos urbanos e os colonos, uma etno-história que nasce da imigração (colonização) e etnomemória temporal no/do Brasil (em geral, não se constituem linguagens ritualísticas expressivas da Itália dos emigrantes e dos que ficaram). O que queremos dizer é que se fala pouco simbolicamente das vicissitudes, das frustrações, da origem e da descendência (WOORTMANN, 1994, p. 113-131).

O sobrenome e sua publicização

As festas transformam-se em momentos e oportunidades para unir tempos, espaços e pessoas desconhecidas e variadas; uma excelente oportunidade para valorizar idosos, relembrar vividos, correlacionar redes de parentesco (a pergunta clássica feita nos encontros é, em dialeto, “sito de chi ti”, de quem você é, ou você descende de que ramo da árvore?), comparar tempos, fazer os mais jovens saberem algo do passado de seus “nonos/bisnono”. Os encontros também servem para reava-

lorizar o sobrenome, renovar e ampliar a árvore, agregar os ramos novos e os dispersos, compreender a base genealógica comum, dar maior publicização local/regional a um sobrenome.

A memória genealógica nas festas de “família” não se encerra em seu sentido consanguíneo e de parentesco. Entendemos que “todas as sociedades, ao longo de sua história de representação, articulam imagens e idéias de representação coletiva, através do qual constroem sua identidade. Articula-se, assim, todo um imaginário social que inclui uma visão sobre o passado, a construção de personagens-símbolos e a atribuição de valores, características e hábitos a povos que habitam uma determinada região” (PESAVENTO, 1993, p. 17). Por isso envolvem memórias compartilhadas, patrimônios coletivos, necessidade de reconhecimento social e cultural.

Já falamos que o sobrenome estabelece correlações com a dimensão pública, com a presença de uma história e uma temporalidade que, ao ser transmitida entre gerações, pode tornar-se patrimônio cultural, estrutura parental com valores, obrigações, reciprocidades, representações culturais, biológicas e morais. É por isso que as recordações de cunho étnico-cultural possibilitam radicar a existência no passado e reforçar a identidade presente, garantir o enraizamento espaciotemporal e dimensões trans e multitemporais; podem produzir pertencimento social e cultural, redes simbólicas e memória de vivências coletivas (WOORTMANN, 1994, p. 113-131).

Enfim, podemos apontar alguns tópicos de cunho conclusivo, os quais nasceram de conversas aleatórias com participantes de festas de “família” por meio de anotações de campo e de impressões pessoais:

- as festas produzem um certo familismo no grupo participante em razão de sentimentos de pertencimento e de integração, ainda que o grupo todo tenha um nível de interconhecimento muito incipiente, ramificados que são em múltiplos sobrenomes, culturas e etnias; é uma forma encontrada de enfrentamento à incipiente possibilidade de visitação cotidiana que caracterizava as famílias nos tempos da colônia, à dispersão territorial do parentesco, à quase completa desvinculação simbólica que o parentesco exerce hoje principalmente entre as ramificações mais distanciadas da árvore e diante do quase total desconhecimento da rede parental das gerações mais jovens (COLTRO, 1982);
- percebemos que a mídia e as técnicas modernas de comunicação favorecem em muito o desenvolvimento desses eventos. Programas de incentivos públicos locais são acionados para desenvolver os festejos e projetar o local para um conjunto de pessoas que migram de vários outros espaços;
- tivemos a impressão, também, da existência de uma intensa dimensão da memória afetiva e nostálgica desenvolvida nas festas, a

qual possui uma eficácia simbólica capaz de produzir e transmitir significados ao coletivo e, ao mesmo tempo, permite sustentar o grupo, constituindo-se quase como que um micromonumento simbólico itinerante e multiespacial através do sobrenome/tronco familiar;

- os festejos dinamizam muito pouco a capacidade política e cultural da resistência em relação ao trabalho duro, às dificuldades do ambiente, da natureza, à presença e necessidade de muitos filhos, do fato de casarem cedo e, por isso, terem mais tempo de fecundidade, dos conflitos com caboclos; narram-se simbolicamente, ou na forma oral, com mais veemência a centralidade do fenômeno religioso e da Igreja, o ufanismo em relação à identidade de desbravador, do “primeiro que chegou aqui”, do horizonte do progressismo, sem a percepção de processos macro no campo político, social e econômico;
- os aspectos mais dinâmicos na preservação patrimonial são a família e suas genealogias (em geral de imigrantes e dos que enriqueceram), instituições (empresas), caminhos, praças e jardins, antigas fábricas, estações ferroviárias desativadas, festas e comemorações, dos prédios e monumentos. Acreditamos que sejam todas tentativas de representar o passado, de fornecer pistas, indícios, rastros, metáforas ou não de uma temporalidade funcional

ou não ao presente. As condições do imagético se estendem para além da materialidade; são fenomenológicas, sociais, históricas, culturais, políticas etc. Por isso, os eventos necessitam de narração, do recontar. A presença das pessoas nas festas de “famílias”, as gerações diferentes, os vínculos sociais, econômicos e políticos diferenciados são processos sociais e temporalidades que, ainda que dispersas, são narrativas que possuem significados aproximativos, dimensões temporais ainda que não explícitas e que se transformam em eventos de memória coletiva;⁴ constituem-se num corpo cultural e biológico consanguíneo ainda que muito distanciado do sentido prático e funcional do parentesco.

Abstract

The study is part of a research project about the memory of collective groups in the Italian colonial region of Rio Grande do Sul, which discusses the “family” genealogical parties, seeking to understand the role of ethnical memory, its rationality and symbology, its conflicts, its modernity and adaptation, its music and its rituality, what moves its existence and participation, what one seeks to produce and project, its rituals, communal and personal meanings, its attempt of the mother-trunk valuation, in a word, what drives this meeting wish of festive ritual (more

sacred than profane) so present especially at the end and at the beginning of the year in the colonial region of Rio Grande do Sul.

Key-words: memory, parties, immaterial property, modernity.

Referências

- ARANTES, A. A. (Org.). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAGAS, M. C. Patrimônio e memória. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 31.
- COLTRO, D. *Mondo contadino: società, lavoro, feste e riti agrari del lunario Veneto*. Venezia: Arsenale Editrice, 1982.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ECKERT, C. Saudade em festa e a ética da lembrança. *Estudos Feministas*, n. 1, p. 182-192, 1997.
- FONSECA, M. C. L. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.
- GAGNEBIN, J. M. Verdade e memória do passado. *Projeto História*, São Paulo, v. 17, nov. 1998.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIOVANAZ, M. M. de A. Ativista da preservação do patrimônio cultural no Brasil. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 31.
- JEDLOWSKI, P. *Il senso del passato*. Milano: Angeli, 1991.
- _____. *Storie comuni. La narrazione nella vita quotidiana*. Milano: Mondadori, 2000.
- JEUDY, H. P. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- LE GOFF, J. Documento/monumento. *Enciclopédia Einaudi*. Torino: Einaudi, 1981.
- _____. *Memória*. Lisboa: Einaudi, 1984.
- LUCENA, C, T. *Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes*. Belo Horizonte: Arte e Ciência, 1999.
- OLIVEN, R. G. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 77-80.
- PESAVENTO, S. J. Gaúcho: a integração do múltiplo. In: KERN, A. et al. *Rio Grande do Sul. Continente múltiplo*. Porto Alegre: Riocel, 1993.
- PINTO, J. P. Os muitos tempos da memória. *Projeto história*, São Paulo, n. 17, 1998.
- RHODEN, L. F. O patrimônio imaterial: algumas reflexões sobre o registro. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 31.
- RIBEIRO, C. M. P. J. *Festa & identidade: como se fez a Festa da Uva*. Caxias do Sul: Educs, 2002.
- VALERI, V. *Festa. Religião – rito*, Porto: Casa da Moeda, v. 3, p. 402-414, 1994.
- _____. *Árvore da memória. Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 92, 1994, p. 113-131.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- YEATS, F. *L'arte della memoria*. Torino: Einaudi, 1972.

Notas

- 1 Um texto sobre o tema patrimônio imaterial e festas genealógicas publicamos na revista *Temas Sociais em Expressão*, Uri – Frederico Westphalen, ano 4, n. 4, maio 2005. p. 37-65.
- 2 Segundo alguns autores revisados, “patrimônio intangível” envolve domínio subje-

tivo de objetos materiais, necessidade de acumular e reter os bens que se consideram *propriedade*, mas que conservam significados religiosos, sociais, culturais... e que são pertencentes a um grupo, porém configuram partes de totalidades sociais; é algo que carrega a noção de herança, de legado que se transmite do passado ao presente e ao futuro, porém sempre movidos pela sensibilidade, emoção e afetividade em torno de memórias “selecionadas”, as quais buscam preservar identidades de grupos, nações, famílias... Segundo Fonseca, a noção de *intangível* é mais apropriada, em vez do *imaterial*, porque dá idéia de transitório, de fugaz, que não se materializa em produtos duráveis. Ver Fonseca (2003, p. 56-76).

³ Entrevistado aleatório no momento de uma “festa de família” na cidade de Veranópolis - RS.

⁴ Idem, p. 182-192.